Revista Café com Sociologia
Volume 6, número 3, jul./dez. 2017
ISSN. 2317-0352

AS DIMENSÕES DA ESPONTANEIDADE EM PROCESSOS DE MOBILIZAÇÃO: os casos dos *Cacerolazos* argentinos (2012-2014) e das manifestações brasileiras (2013)

Eduardo Georjão Fernandes[1]
Guillermo Omar Orsi[2]

Resumo
O conceito de "espontaneidade" é um elemento que não tem sido suficientemente estudado nas ciências sociais como fator explicativo para processos políticos de mobilização. Partindo-se dessa constatação, este trabalho dialoga com o estudo *Protest on the Fly: Toward a Theory of Spontaneity in the Dynamics of Protest and Social Movements*, de Snow e Moss (2014), e investiga a questão da espontaneidade em movimentos sociais. Especificamente, investiga-se em que medida os *Cacerolazos* (panelaços) argentinos (2012-14) e o ciclo de manifestações brasileiras (2013) (ambos fenômenos classificados pelas mídias e por atores políticos dos respectivos países como "espontâneos") podem ser, analiticamente, entendidos como resultados de ações espontâneas. Metodologicamente, foram analisadas as manifestações argentinas e brasileiras, segundo as "condições disparadoras" definidas por Snow e Moss como requisitos para ações espontâneas. Como resultado, conclui-se que ambos os ciclos de protesto apresentam algumas daquelas "condições disparadoras", mas as manifestações não podem ser definidas, de modo geral, como "espontâneas".
Palavras-chave: Espontaneidade. *Cacerolazos* Argentinos. Manifestações Brasileiras.

THE DIMENSIONS OF SPONTANEITY IN MOBILIZATION PROCESSES: the cases of Argentine *Cacerolazos* (2012-2014) and Brazilian demonstrations (2013)

Abstract
The concept of "spontaneity" is an element that has not been sufficiently studied in social sciences as an explanatory factor for political processes of mobilization. Based on this assumption, this work dialogues with the study *Protest on the Fly: Toward to Theory of Spontaneity in the Dynamics of Protest and Social Movements* (Snow and Moss, 2014) and investigates the theme of spontaneity in social movements. Specifically, we investigate to what extent the Argentine *Cacerolazos* (2012-14) and the Brazilian cycle of demonstrations (2013) (both classified by the media and by political actors from the respective countries as "spontaneous") can be analytically understood as the results of

[1] Mestre e Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRGS e bacharel em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: eduardo.g.fernandes@gmail.com
[2] Mestre e Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Licenciado em Ciência Política pela Universidade de Buenos Aires (UBA). E-mail: guillermorsi@hotmail.com

spontaneous actions. Methodologically, we analyzed the Argentine and the Brazilian demonstrations, according to the "triggering conditions" defined by Snow and Moss as requisite for spontaneous actions. As a result, we conclude that both cycles of protest present some of those "triggering conditions," but they cannot be generally defined as "spontaneous."
Keywords: Spontaneity. Argentine *Cacerolazos*. Brazilian Demonstrations.

Introdução

Para as ciências sociais, considerar elementos aleatórios, irracionais, contingentes ou não planejados como fatores analíticos tem sido historicamente um desafio. Essa circunstância decorre da tendência dos cientistas sociais em adotar os métodos e perspectivas das ciências naturais, nas quais o estabelecimento de leis e a possibilidade de predição são indicadores de sucesso (ALEXANDER, 1999).

Por relacionar a noção de espontaneidade a fatores considerados irracionais, boa parte dos pesquisadores de ciências sociais (particularmente, no nosso caso, estudiosos de mobilizações e eventos de protesto), vinculados à concepção de que o ser humano é um ente ontológica e fundamentalmente racional, têm pouco considerado elementos tidos como espontâneos. Por se ignorar essa dimensão, têm sido produzidas explicações parciais de diversos fenômenos. Embora autores como LeBon (1897), Blumer (1972 [1939]) e, posteriormente, Turner e Killian (1987) tenham, em suas teorias, enfatizando o conceito de espontaneidade como um fator importante para a explicação do comportamento social, as disputas em torno da maior ou menor ênfase aos elementos irracionais da ação coletiva culminaram em uma reação por parte de autores que priorizam a racionalidade como matriz explicativa dos fenômenos sociais.

Nesse sentido, algumas das principais correntes interpretativas modernas da mobilização social (Teoria do Processo Político e a Teoria da Mobilização de Recursos) acabaram excluindo explicitamente a possibilidade da espontaneidade, considerando a maximização de recursos ou a análise do contexto político como únicos determinantes da ação coletiva (SNOW; MOSS, 20114).

No presente estudo, em um primeiro momento, parte-se do trabalho de David Snow e Dana Moss (2014), estudo em que se busca sistematizar o conceito de espontaneidade e determinar quais mecanismos influem no surgimento de ações espontâneas em protestos. A análise dos autores utiliza noções da psicologia cognitiva e do interacionismo simbólico para que sejam explicadas as ações coletivas espontâneas.

Em um segundo momento deste trabalho, busca-se descrever as particularidades das manifestações de 2013 no Brasil e dos *Cacerolazos* (panelaços) na Argentina, entre 2012 e 2014. A

escolha dos eventos partiu da percepção de que em ambos os casos, apesar de suas particularidades, a espontaneidade constituiu-se como característica central para explicação dos eventos tanto em veículos midiáticos quanto por parte de determinados manifestantes. Por fim, os referidos casos são analisados, com base na proposta de Snow e Moss (2014), a fim de se avaliar em que medida a espontaneidade pode ser verificada como característica daqueles protestos.

1. Teoria da espontaneidade

Partindo da constatação sobre a pouca atenção atribuída à espontaneidade nas teorias de movimentos sociais, Snow e Moss (2014) procuram montar uma estrutura teórica que consiga entender e explicar não somente o surgimento de movimentos espontâneos, senão também a dinâmica da espontaneidade dos repertórios de contestação (TILLY, 1978) nos protestos sociais.

Com esse intuito, em primeiro lugar os autores procuram definir o conceito de "espontâneo" e percebem que uma ação coletiva espontânea não é aquela que carece de causas para a sua produção ou aquela irracionalmente motivada. Snow e Moss (2014) entendem que a ação espontânea é aquela em que as diferentes etapas do processo de engajamento e de participação dos indivíduos acontecem quase simultaneamente e em um período de tempo muito reduzido.

Rejeitando definições insatisfatórias, Snow e Moss (2014) chegam à própria definição do conceito de "espontaneidade", que lhes servirá como guia no trabalho. Os autores entendem assim a "espontaneidade" como: "Termo para eventos, acontecimentos, e linhas de ação, tanto verbais quanto não verbais, as quais não foram planejadas, intencionais, pré-arranjadas, ou organizadas antecipadamente à sua ocorrência"[3] (SNOW; MOSS, 2014, p. 1123).

Com essa definição, Snow e Moss (2014) buscam delimitar de forma precisa o conceito de "espontaneidade", tornando-o sociologicamente operacionalizável. É preciso salientar que os autores não tratam de elementos "não causais" (e não passíveis de explicação) ou "irracionais", mas sim das situações não planejadas ou não intencionais ocorridas no curso da ação coletiva. Desse modo, os autores possibilitam o estudo de um aspecto não abordado por outros teóricos dos movimentos sociais.

[3] Tradução própria.

Nesse sentido, a ação espontânea pode acontecer tanto coletiva quanto individualmente, e nas ações de massas mesclam-se a espontaneidade e a organização, sendo praticamente impossível achar um tipo de ação coletiva que não apresente algum nível tanto de um quanto do outro elemento.

Em segundo lugar, a partir de uma base de dados composta por observações etnográficas realizadas pelos autores a demonstrações de protesto, por observações feitas pelos participantes de protestos e por materiais previamente publicados (por cientistas sociais, historiadores e comissões do governo), os autores reconhecem quatro "condições disparadoras" principais da espontaneidade. Snow e Moss (2014) buscam não sustentar que aquelas condições são as únicas que influenciam o surgimento das ações espontâneas, nem propor que a presença desses elementos leva necessariamente a tal espécie de ação, e apontam que a noção de "disparadoras" sugere simplesmente uma tendência ou maiores possibilidades de o fenômeno acontecer. As "condições disparadoras" são as seguintes: (1) ausência de hierarquia organizacional, (2) momentos de incerteza ou ambiguidade, (3) *priming* emocional e (4) condições naturais/físicas do cenário.

1. Ausência de hierarquia organizacional: Os autores propõem que os movimentos sem hierarquia organizacional, tais como os movimentos anti-hierárquicos, participativos e de democracia direta, tendem a produzir maior aparecimento da espontaneidade do que os movimentos hierarquicamente organizados, pois valorizam a abertura à inovação e à experimentação com novas formas de ação coletiva.

2. Momentos e eventos de incerteza/ambiguidade: A espontaneidade é mais suscetível de aparecer em situações ambíguas, nas quais os indivíduos não reconhecem um curso de ação como o esperado. Esta dimensão possui algumas subcondições, segundo os autores:

- Rompimento do roteiro: os autores apontam que, após episódios de intensa repressão policial entre os anos 1960 e 1970 (DELLA PORTA; FILLIEULE, 2004), desde a década de 1980, na Europa e nos Estados Unidos, tem se desenvolvido uma série de arranjos que determinam as formas públicas aceitáveis do protesto, denominadas de "*public order managements systems* (POMS)", para garantia do direito ao protesto; o rompimento dessas normas preestabelecidas coloca os manifestantes (ou as forças da polícia, ou algum dos atores envolvidos no processo) em uma posição de incerteza, o que pode gerar reações espontâneas.

- Dissolução do roteiro: é o caso em que as respostas organizadas no roteiro chegam ao seu fim. A continuidade na ação gera a incerteza e por isso aumenta a probabilidade da ação espontânea, a qual se vê afetada pela carga emocional que as pautas do evento gerem nos manifestantes. À

questão de por que esse tipo de ações não acontece no final de todas as manifestações os autores respondem que, presumivelmente, os roteiros das manifestações incluem informação sobre a dissolução delas, o que reduz a ambiguidade. Nesse sentido, sustentam os autores que a espontaneidade tem maiores chances de acontecer quando existe ambiguidade em relação ao fim de uma manifestação.

- Confrontações sem roteiro (*square-off*): conflitos coletivos espontâneos podem acontecer como consequência de ações coletivas, tipicamente não planejados e espontâneas. Neste caso, situações de ambiguidade são o resultado da ausência de um roteiro ou de uma organização prévia ao evento. Os autores utilizam como exemplo as ocorrências da revolução egípcia de 2011.

3. Comportamento/*priming* e *framing* emocional: Dita dimensão contesta o clássico e já desacreditado mimetismo (LEBON, 1987) como explicação para a adoção coletiva de determinados comportamentos. Essa dimensão procura entender os mecanismos pelos quais uma ação é adotada em detrimento de outra.

Em substituição ao mimetismo e ao contágio, os autores propõem o conceito de *priming* emocional. *Priming* refere-se a uma alta sensibilidade a um estimulo devido a experiências anteriores; é um processo de sensibilidade ligada a eventos anteriores, os quais incrementam as possiblidades de ativar um conceito, uma moldura, uma emoção ou linha de ação baseada na exposição anterior a um estímulo ou experiência similar. Os autores até reconhecem a existência de um tipo de mimetização, mas influído pelo *priming*.

4. Condições e constrangimentos ecológico/espaciais: A última dimensão considera o papel dos elementos do espaço físico nas mobilizações sociais em relação à aparição de ações espontâneas. Considera-se desde a distribuição espacial dos atores que irão produzir manifestações até a localização dos policiais ou barricadas, influenciando a possibilidade de surgimento de ações espontâneas quando os protestos estão acontecendo.

As quatro dimensões interagem e influenciam-se mutuamente na produção de cenários propícios para a espontaneidade. Nesse sentido, determinados cenários espaciais podem gerar sensações nos manifestantes (por exemplo, medo), o que iria ativar *primings* existentes neles. No entanto, isso não quer dizer que sejam estas as únicas dimensões possíveis ou que a espontaneidade não possa acontecer na ausência dessas "condições disparadoras".

Explicitado o aporte teórico do qual parte o presente estudo, é possível pontuar, empiricamente, que tanto na Argentina quanto no Brasil, os veículos midiáticos identificaram, em determinadas situações, as manifestações aqui estudadas como "espontâneas", adotando para isso

somente a primeira das dimensões apontadas pela teoria de Snow e Moss (2014): a falta de uma estrutura organizacional que promovesse o evento. Embora a análise das motivações que levaram tais veículos midiáticos a caracterizar os protestos dessa forma não constitua objeto do presente estudo,[4] é importante salientar que em ambos os contextos sociais a caraterização de uma ação coletiva contestatória como "espontânea" inclui juízos de valor não somente sobre a manifestação, como também sobre os manifestantes. Tendo em vista que, contemporaneamente, na Argentina e no Brasil, propaga-se o discurso de que a politica seria necessariamente corrupta, custosa e ineficiente, a espontaneidade, como o oposto à organização (e mobilização) política, é vinculada, positivamente, à ideia de "cidadania" imune a "interesses políticos", não politizada, nem militante.

Nesses contextos, mobilizações espontâneas seriam interpretadas como imbuídas de características republicanas, de liberdade (já que os manifestantes não seriam "obrigados" pelo partido a participar) e de julgamento "idôneo" da realidade (pela interpretação da conjuntura social independentemente de uma ideologia ou de posição do partido). Essa consideração constitui um ponto disparador da discussão sobre em que medida (e segundo quais critérios), analiticamente, as manifestações em estudo podem ser identificadas como espontâneas.

2. Recentes processos de mobilização na América Latina: magnitude inesperada.

As principais surpresas para os pesquisadores da ação coletiva, tanto na Argentina quanto no Brasil, diante do surgimento dos *Cacerolazos* (2012-14) e do ciclo de manifestações de 2013, foram as seguintes: a dificuldade de se delimitar um grupo/organização específico(a) que representasse de forma ampla a ocorrência dos protestos; a inexistência de uma demanda unificadora dos eventos, sendo elas múltiplas e inclusive contraditórias; a propagação de uma interpretação midiática de que os protestos teriam sido espontâneos, com base na utilização de redes sociais, como estrutura de mobilização. Nas linhas a seguir são analisados os *Cacerolazos* argentinos de 2012/4 e os protestos brasileiros de 2013, com foco sobre a questão da espontaneidade.

Os *Cacerolazos*

[4] Para uma análise da forma como as mídias enquadraram os referidos ciclos de protestos enquanto "espontâneos", ver: FERNADES; ORSI, 2017.

Entre 2012 e 2014 ocorreram na Argentina múltiplas manifestações que podem ser entendidas sob o termo *Cacerolazos*. O ciclo de protestos desabrochou sem uma demanda nem uma coordenação central, convocado primeiramente pela *Internet* e posteriormente pela mídia tradicional. O maior aglutinador dos manifestantes foi o rechaço ao governo Cristina Fernández.

É importante salientar que protestos cidadãos, centralmente urbanos, protagonizados pelo batimento de panelas e outros elementos de metal, não constituem uma novidade em termos dos repertórios de ação no cenário politico argentino e latino-americano. Em 1973, logo antes do golpe militar no Chile, ocorreram manifestações muito similares aos *Cacerolazos* argentinos, as quais debilitaram a democracia e oportunizaram, entre outros fatores, a emergência do governo de Pinochet (POWER, 2008). Na Argentina recente também ocorreram outros *Cacerolazos*, diversos dos aqui considerados. Em 2001/2, em decorrência da crise do fim do governo De La Rua e motivados por um cenário de instabilidade política, econômica e social, ocorreram *Cacerolazos* simultaneamente a outros tipos de protesto (piquetes), protagonizados, hegemonicamente, por desempregados (WORTMAN, 2007). Já o ciclo de protestos de 2008 girou em torno do conflito pela aprovação do aumento de impostos para algumas exportações da produção agrícola. Constituiu-se uma frente de produtores agropecuários, os quais realizaram protestos nas rodovias do interior do país, enquanto nas grandes cidades, principalmente na cidade de Buenos Aires, as classes médias apoiaram a demanda mediante *Cacerolazos* (GOLD, 2014).

Nas discussões, interpretações e reflexões surgidas durante e após a eclosão do ciclo de *Cacerolazos* de 2012/4, um dos focos centrais de tensão foi a luta pela caracterização dos protestos como espontâneos, o que, junto a outras condições estruturais apontadas acima, constitui uma novidade própria deste último ciclo de *Cacerolazos* e, portanto, faz com que o caso seja de interesse para o presente estudo. Tanto atores políticos partidários do governo quanto políticos opositores, jornalistas, militantes e os próprios manifestantes utilizaram o termo para caracterizar as manifestações, apontando para essa qualidade ou negando-a.

O epicentro das mobilizações foi a cidade de Buenos Aires, mas as manifestações aconteceram em diferentes cidades do país, principalmente nas capitais estaduais e em várias cidades importantes do mundo, em frente às embaixadas argentinas. Na cidade de Buenos Aires, as ações coletivas, que consistiram fundamentalmente em grandes concentrações de pessoas e não em passeatas, aconteceram no fim da tarde, sempre após as 19/20hs, se estenderam até as 22hs aproximadamente e não possuíram nenhum orador que transmitisse as pautas do evento. Paralelamente, não se fez presente nenhuma personagem de destaque; embora alguns artistas e

políticos opositores tenham participado dos protestos, eles não centralizaram a atenção. Nesse sentido, todo o espaço físico que ocuparam as manifestações foi igualmente relevante, algo que não ocorre quando se tem um palco com a centralização da fala em figuras importantes.

Ao invés de haver uma organização central e hierárquica que os conduzisse, os participantes carregaram quase que individualmente, em cartazes muitas vezes feitos até à mão, suas demandas, fazendo com que as mesmas fossem múltiplas e inclusive contraditórias (GOLD, 2014). Os manifestantes expressaram fundamentalmente dois tipos de "demandas": por uma parte, sobressaíram exigências pela falta de segurança, contra a corrupção, contra a inflação, contra os controles à compra de moedas estrangeiras (dólar), rechaço à reforma constitucional e pedidos por liberdade; por outra parte, xingamentos, insultos, ridicularizações e exigências de renúncia dirigidos aos funcionários públicos (principalmente à presidenta e ao vicepresidente).

Em termos gerais as mobilizações foram consideradas pacíficas, no sentido de não serem constatados confrontos com as polícias nem com outros grupos de manifestantes, não serem realizadas detenções, nem ocorrerem distúrbios importantes, como a queima de pneus ou o saque a comércios. Por outra parte, em um episódio surpreendente, no evento conhecido como 18A, ocorreu uma perseguição a um manifestante, o qual foi denunciado por outros de pertencer à "militância governista" e de se fazer presente com o objetivo de prejudicar o protesto. O indivíduo foi retirado do local por um policial, mas acabou tendo que se abrigar em uma loja, para garantir a sua segurança, até a chegada de mais policiais.

Segundo relata Tomás Gold (2014), o ciclo das mobilizações não foi homogêneo. Ocorreram mudanças nas articulações entre os diversos atores, e os papeis desenvolvidos pela mídia, pelos partidos políticos, pelos sindicatos, pelos manifestantes e até pelas medidas políticas implementadas configuraram-se de forma múltipla.

A maior concentração de manifestantes durante os atos aconteceu no Obelisco (monumento ícone da cidade de Buenos Aires), embora nos bairros da cidade outros pontos tenham sido utilizados, principalmente nos cruzamentos das avenidas importantes. Segundo Gold (2014), uma das demandas centrais no primeiro episódio, em 13 de setembro de 2012, foi o rechaço à possibilidade de a Constituição Nacional ser reformada, seguida pela crítica à manipulação dos índices do INDEC[5] e à inflação. Reivindicações contra violência policial, falta de segurança, controles à compra de dólares e falta de "liberdade" também se fizeram presentes.

[5] O Instituto de Estadísticas e Censo (INDEC) era o órgão encarregado de difundir informações sobre o estado da economia, desemprego, inflação, etc. durante o governo Cristina Kirchner.

Na cronologia que propõe Gold, o seguinte episódio de protesto, do dia 8 de novembro de 2012 ou 8N, foi mais bem organizado do que o anterior e careceu do efeito surpresa do primeiro. Na rua foram utilizados balões de hélio e luzes que demonstravam essa organização, assim como grupos de manifestantes fantasiados de políticos governantes. Porém, tanto nos manifestantes quanto nos organizadores mantiveram-se as ideias da "autoconvocação" e da "não organização". O episódio triplicou a participação do *Cacerolazo* anterior, mas majoritariamente as demandas foram similares às do primeiro episódio. Embora muitos dos políticos opositores tenham falado sobre a manifestação, a maioria deles tentou não "politizá-la", pois esse constituiria um protesto "cidadão". Segundo Gold, apenas o PRO (*Propuesta Republicana*), partido liderado pelo prefeito da cidade de Buenos Aires[6], teve uma participação ativa na organização, e até alguns dos seus integrantes participaram da manifestação "na condição de cidadãos".

Posteriormente, no dia 18 de abril de 2013, ou 18A, ocorreu um novo protesto. A convocatória dele contou tanto com a participação dos organizadores virtuais tradicionais quanto com o apoio dos políticos opositores, que anunciaram o protesto e convidaram pessoas por meio das próprias redes sociais (*Twitter*) e das entrevistas em jornais e rádios. Líderes sindicais, como o ex-governista Hugo Moyano e Geronimo "momo" Venegas, também convocaram os cidadãos à participação. Segundo Gold (2014), o fato de o 18A ter acontecido em um ano eleitoral fez com que os políticos abandonassem o papel passivo, que dava lugar à "cidadania", para se expressar e passar a tentar protagonizar e capitalizar o protesto. Embora os protestos tenham tido configurações similares, a participação prévia das figuras políticas opositoras fez com que a manifestação perdesse as caraterísticas de "autoconvocação" e espontaneidade, as quais teriam caraterizado as mobilizações anteriores (GOLD, 2014). Nesta oportunidade, o rechaço à "reforma judicial" (conjunto de leis enviado pela presidente para modificar o funcionamento do poder judiciário) emergiu como a demanda central.

Para Gold (2014), o dia 8 de agosto de 2013 encerra o ciclo de manifestações por uma conjunção de diversos fatores: em primeiro lugar, três dias antes da manifestação uma explosão na cidade de Rosário derrubou um prédio e matou várias pessoas; consequentemente, o governo nacional decretou dois dias de luto, as campanhas eleitorais para as eleições legislativas pararam imediatamente e muitos políticos opositores advertiram que não participariam da manifestação. A

[6] Mauricio Macri, líder do PRO, foi eleito em 2015 para suceder a Cristina Kirchner na presidência do país, pelo período 2016-2019.

mídia, por sua vez, publicizou muito pouco do acontecimento. Finalmente, a manifestação teve pouca participação e marcou o declínio do ciclo de protestos.

As manifestações de 2013 no Brasil

Em junho de 2013, foram deflagrados movimentos de protesto que tomaram as ruas das principais cidades do Brasil. As manifestações caracterizaram-se por sua amplitude, com um número significativo de pessoas nas diferentes passeatas realizadas ao longo do mês. As palavras de Singer (2013) são paradigmáticas ao se afirmar que, durante os eventos de protesto, "nunca restou nítido *o que* estava acontecendo". Corroborando com essa perspectiva, Dowbor e Szwako (2013, p. 44) esclarecem que "os 'grandes atos' [...] alcançaram uma onda de protestos cujas dimensões e sentidos políticos ainda estão por ser compreendidos".

Diante dessa complexidade, faz-se necessário delimitar algumas características específicas dos protestos, as quais podem nos auxiliar na produção de análises acerca do processo que desencadeou as mobilizações. Dentre tais características, a primeira que se pode apontar é a questão de que os eventos tiveram como pauta disparadora o transporte público nas cidades brasileiras (MARICATO, 2013). Mais especificamente, a demanda que desencadeou os eventos de protestou foi a contrariedade ao aumento da tarifa de ônibus em algumas cidades e, no limite, a pauta da instituição de tarifa zero para o transporte coletivo no Brasil, sob o fundamento de que o direito de acesso aos espaços urbanos (direito à cidade) não pode ser restringido monetariamente (PESCHANSKI, 2013).

Pelo fato de o ciclo de manifestações brasileiras de 2013 ter se desenvolvido em vários centros urbanos, optou-se, neste estudo, por se adotar a cidade de Porto Alegre como exemplo para que seja narrado o desencadeamento das situações que culminaram nos grandes protestos de junho. No caso desta cidade, os eventos de 2013 tiveram incialmente como ator central o "Bloco de Lutas Pelo Transporte Público", um coletivo político formado por grupos de orientação de esquerda com atuação em diversos eventos promovidos na cidade (MUHALE, 2014). Assim como no caso do Movimento Passe Livre (MPL), em São Paulo, em Porto Alegre já havia um processo anterior a 2013, pois é recorrente na cidade a mobilização de passeatas contra o aumento da passagem de ônibus. O primeiro ponto a ser salientado, portanto, é a existência de uma pauta específica e historicamente constituída, a qual pode ser identificada como disparadora das manifestações.

Outra característica mapeada é o modelo organizativo adotado tanto pelo MPL, em São Paulo, quanto pelo Bloco de Lutas, em Porto Alegre. O Bloco de Lutas era composto no ano de

2013 por uma ampla gama de atores, com diferentes posicionamentos políticos, entre partidos de esquerda, organizações estudantis e movimentos anarquistas. Para a composição dessa multiplicidade de atores em um mesmo coletivo, um modelo que tem sido experimentado é a adoção da "horizontalidade" (DOWBOR; SZWAKO, 2013) como princípio organizativo. Trata-se, em outros termos, de uma rejeição às lógicas "tradicionais" dos movimentos sociais, nas quais são identificadas estruturas hierárquicas bem definidas, com lideranças e funções específicas distribuídas entre os ativistas. No caso dos coletivos que prezam pela horizontalidade, busca-se resistir à "separação base/líderes por meio da instauração, por exemplo, de grupos de trabalho e de resoluções tomadas por consenso, em vez de votações, na maior parte de suas deliberações" (DOWBOR; SZWAKO, 2013, p. 48).

À demanda disparadora (transporte público) e ao formato organizativo (horizontalidade) dos coletivos que iniciaram as manifestações de 2013 soma-se, como ponto importante, a caracterização do processo de mobilização, com as transformações ocorridas ao longo do ano. Em Porto Alegre, o primeiro evento do Bloco de Lutas em 2013 foi realizado em 21 de janeiro. A esse ato inicial seguiram-se passeatas até o mês de abril, quando o aumento das tarifas de ônibus foi revogado judicialmente. Esses atos iniciais do ano reuniram cerca de 200 a 300 pessoas por evento e ocorreram, além do dia 21 de janeiro, nos dias 18 de fevereiro, 27 de março, 1 de abril, 4 de abril e 11 de abril. Em junho, com a ocorrência de atos de protesto em outras cidades do país, o Bloco de Lutas voltou às ruas, com atos que chegaram a concentrar 20 mil pessoas, ocorridos nos dias 13 de junho, 17 de junho, 20 de junho, 24 de junho e 27 de junho.

Assim, as manifestações de 2013 em Porto Alegre podem ser subdivididas entre, ao menos, dois momentos distintos: os protestos iniciais, entre janeiro e abril; os protestos de junho. Os protestos iniciais tiveram como ator central o Bloco de Lutas pelo Transporte Público, com a reunião de centenas de pessoas, sendo a pauta única das manifestações o transporte público (especificamente, a revogação do aumento da passagem de ônibus naquele ano). Neste momento, participaram das manifestações, predominantemente, indivíduos vinculados, formal ou informalmente, ao Bloco de Lutas. Não havia ambiguidades evidentes a respeito da pauta ou dos atores envolvidos nos atos, de modo que o foco da cobertura dos principais jornais da cidade consistiu em caracterizar os protestos como movimentos de esquerda, contra o aumento de tarifa, enfatizando-se eventuais situações de confronto entre manifestantes e policiais.

No segundo momento, durante o mês de junho, com a nacionalização dos protestos, o número de pessoas às ruas sofreu um amento significativo, proporcionado pela entrada em cena de

pessoas não necessariamente ligadas ao Bloco de Lutas, de modo que este deixou de ser identificado como o ator central das manifestações. A entrada de novos manifestantes foi acompanhada da multiplicação de demandas, com a defesa de causas que extrapolaram a demanda inicial: o combate à corrupção, a crítica à violência policial, a insatisfação com os investimentos para a Copa do Mundo de 2014, a oposição ao governo federal, a necessidade de reforma das instituições políticas do país, etc. Ou seja, a partir da entrada de novos atores em cena, não mais uma causa aglutinou o movimento; pelo contrário: as ruas foram tomadas por uma série de reivindicações, muitas vezes ideologicamente contraditórias entre si (ROLNIK, 2013).

Diante dessa multiplicidade de pautas, a cobertura dos veículos midiáticos passou a enfatizar a existência de conflitos internos entre manifestantes a partir da manifestação do dia 13 de junho, dadas as divergências em relação ao conteúdo dos protestos e aos repertórios utilizados. Essa situação de ambiguidade acentuou-se durante o mês de junho, de modo que, no protesto do dia 20, maior evento ocorrido durante o ciclo de manifestações, notícias relataram a concorrência de diversas lideranças, de modo que o próprio trajeto do protesto não foi unificado, mas sim objeto de disputas internas à mobilização. Assim, diferentes grupos marcharam por distintos locais da cidade. Houve notícias, ainda, que narraram o conflito de determinados ativistas com partidos políticos, com a expulsão de militantes das passeatas, as quais passaram a serem identificadas por alguns veículos midiáticos como "apartidárias", não sendo mais, portanto, vinculadas a grupos de esquerda. Essas circunstâncias próprias aos eventos do mês de junho foram interpretadas por alguns veículos midiáticos como espontâneas, como o resultado de uma "insatisfação geral", não dirigida por qualquer instituição ou grupo político.

Se, entre os meses de janeiro e abril, os veículos de mídia de Porto Alegre identificavam de forma mais definida quais atores estavam à frente das manifestações (Bloco de Lutas) e a pauta dos protestos (transporte público), a entrada de novos atores em junho tornou mais difícil a identificação dos grupos que compunham os eventos e das pautas reivindicadas por esses atores. Neste momento de ambiguidade, o tema da espontaneidade passou a direcionar algumas das interpretações sobre a origem e os repertórios dos protestos de junho.

3. Análise das mobilizações sob o enfoque da teoria da espontaneidade

Embora cada um dos processos de mobilização tenha apresentado características específicas, ligadas aos contextos nacionais em que ocorreram, eles demandaram uma análise que considerasse uma dimensão pouco estudada pela literatura de movimentos sociais. Essa necessidade é resultante da construção da ideia de espontaneidade das manifestações, tanto por quem fez parte delas quanto para a mídia que interpretou os acontecimentos em ambos os casos.

Com base nessa consideração, busca-se analisar em que medida as condições disparadoras da espontaneidade propostas por Snow e Moss (2014) fizeram-se presentes nos eventos estudados. Ressalta-se, porém, como limitação do estudo, que ambos os episódios fazem parte de um tipo de mobilização social que desafia as definições que a literatura tem desenvolvido, por serem movimentos pouco hierárquicos, organizados por "pessoas comuns" nas redes sociais, explosões massivas e efêmeras de participação, sem lideranças nem objetivos comuns, características que, em conjunto, fazem com que as conclusões ou generalizações em relação a esses fenômenos sejam complexas. Definir quais grupos sociais, quais ideologias, quais objetivos, quais marcos interpretativos, quais motivações (etc.) compõem as manifestações, nesse sentido, é um desafio que, algumas vezes, resulta impossível. Salientadas essas questões, procede-se à análise das condições propostas por Snow e Moss (2014) e aplicadas aos casos em estudo.

a) Ausência de estrutura organizacional

Em relação à condição da ausência de hierarquia organizacional, a característica central dos *Cacerolazos* foi, sem dúvida, o esforço da organização e da própria manifestação por não reconhecer hierarquias no protesto. Tendo a mobilização sido convocada nas redes sociais por uma articulação de diversos grupos no *Facebook*, a autoria da decisão de se mobilizar (e do modo de mobilização) ficou oculta ou foi se dissolvendo na multiplicidade de pessoas que, uma vez convocadas, puderam disseminar o convite a outras pessoas para o evento. Na manifestação, a ausência de figuras de destaque também contribuiu para a ausência de hierarquias institucionais. Como já foi relatado, à medida que os *Cacerolazos* foram bem sucedidos, uma parcela dos políticos opositores tentou se apropriar da efervescência[7] produzida pela manifestação, centralmente no ano eleitoral, mas esse fato teve influência na desmobilização e no fim do ciclo contestatório.

Já nas manifestações de 2013, no Brasil, a ausência de hierarquia organizacional também é uma característica marcante. Embora tenha havido, inicialmente, a identificação de grupos que

[7] O Conceito de efervescência aparece originalmente na obra do Emile Durkheim, "as formas elementares da vida religiosa" (1996).

liderassem as manifestações (como o MPL em São Paulo ou o Bloco de Lutas em Porto Alegre), com a pauta específica do transporte público, essas próprias organizações eram heterogêneas (constituídas pela incorporação de diferentes grupos e orientações políticas) e guiadas por lógicas "horizontais". Essas características ocasionaram a dificuldade de delimitação de figuras centrais e hierarquicamente superiores nos grupos, sendo tais características apontadas como um dos principais motivos para, a partir de um segundo momento (meados junho), ter ocorrido a entrada de novos atores (oriundos de diferentes classes sociais), com distintas demandas (não necessariamente ligadas à pauta do transporte público), compondo as manifestações e disputando as diretrizes e os roteiros do movimento.

Em síntese, enquanto a ausência de hierarquias organizacionais nos *Cacerolazos* foi decorrência da inexistência de entidades formais e do ocultamento dos organizadores, nas manifestações brasileiras de 2013, no mês de junho, essa condição foi consequência da presença concomitante de diversos agentes (partidos políticos, coletivos políticos, movimentos anarquistas, manifestantes "comuns", etc.), com demandas específicas e inclusive contraditórias.

b) Momentos de incerteza/ambiguidade

A condição da ocorrência de momentos de incerteza ou ambiguidade é um dos elementos que nos *Cacerolazos* argentinos apresentou-se mais limitadamente. As manifestações possuíram um roteiro limitado às concentrações em determinados pontos e momentos. O fato de os manifestantes não constituírem passeatas e/ou depoimentos e não se confrontarem com a polícia e outros grupos reduziu ao mínimo a ocorrência de momentos de incertezas. Os manifestantes, comparecendo principalmente de forma individual ou em pequenos grupos, fizeram parte do protesto (em termos gerais) por um tempo reduzido e abandoaram o local da mesma forma (GOLD, 2014).

Nas manifestações de 2013, no Brasil, a condição da ocorrência de momentos de incerteza e ambiguidade fez-se presente. Tal circunstância verificou-se nos protestos do mês de junho, quando, em decorrência da entrada de novos atores nos protestos, ocorreram conflitos internos às manifestações, tanto em relação aos trajetos percorridos quanto no que se refere às demandas propostas pelos manifestantes. A diversidade de pautas gerou uma circunstância de incerteza, fato que progressivamente levou às ruas pessoas muito distintas entre si, de modo que emergiram conflitos pela orientação do ciclo de protestos. Esses conflitos podem ser caracterizados, nos termos de Snow e Moss (2014), como uma ruptura de roteiro. Essas circunstâncias repercutiram ainda sobre a ação da polícia aos protestos, pois esta não possuía uma doutrina consolidada – no sentido

public order managements systems, descrito por Della Porta e Fillieule (2004) – para oferecer respostas a essa espécie de mobilização, considerando-se igualmente que um dos repertórios utilizados pelos manifestantes consistia na depredação de patrimônios.

Em síntese, identificam-se diferenças entre os *Cacerolazos* e as manifestações brasileiras de 2013, quanto à ocorrência de momentos de ambiguidade/incerteza. Enquanto os *Cacerolazos* caracterizaram-se pela "previsibilidade" de seus repertórios, o ciclo de protestos brasileiro foi marcado, dada sua multiplicidade, por situações de dificuldade de se preverem e de se controlarem os percursos das mobilizações, os repertórios utilizados e as relações entre manifestantes e polícia.

c) Priming emocional

No que concerne ao *priming* emocional, presume-se que as memórias das manifestações de 2001/2 estiveram presente nos *Caceroleros* de 2013. Diante de uma crise política, social e econômica sem precedentes, uma grande parcela da população decidiu ir se manifestar na rua. Como consequência disso, o governo decretou o toque de recolher, e as manifestações começaram a ser reprimidas. Finalmente, com mais de 20 pessoas mortas pela repressão, o governo De La Rua abandou o poder. Em parte, a reivindicação das classes médias foi similar ("*que se vayan todos*"); embora o contexto econômico dos *Cacerolazos* (de 2013) não fosse de crise (e o governo Kirchnerista se caracterizasse por não reprimir os protestos sociais), parte do *priming* emocional do protesto foi equivalente. Em 2001, o governo havia decretado o congelamento das contas bancárias e reduzido as extrações de dinheiro ao mínimo ("*corralito*"), o que teria sido a causa principal da mobilização nos setores de classe média não desempregados. Analogamente, uma das motivações assinaladas como principais dos *Cacerolazos* foi a limitação à compra de moeda estrangeira (dólar), o que reduziu a livre disposição destes mesmos grupos de dispor do dinheiro. Nesse sentido, a utilização do *Cacerolazo* como repertório de ação é explicada pelas marcas que o seu sucesso anterior imprimiu nas consciências dos cidadãos.

No caso brasileiro, o *priming* emocional pode ser identificado nos protestos de junho, com a difusão de reivindicações múltiplas e de um enquadramento interpretativo amplo, o qual permitiu a diversas pessoas aderirem aos protestos e se sentirem representadas pelas mobilizações. No momento em que os protestos passaram a ser identificados como uma "insatisfação geral", contra a corrupção (tema que possui forte apelo emocional no Brasil, assim como na Argentina), contra o sistema político, mobilizaram-se setores antes não presentes nos protestos contra o aumento da passagem (como setores das classes médias). As múltiplas pautas foram aglutinadas em sentimentos

de patriotismo, de união nacional, com a utilização, nos protestos, de bandeiras do Brasil, sob o *slogan* "O gigante acordou". As tensões e violências decorrentes os conflitos entre manifestantes e policias igualmente contribuíram para que se exacerbasse o sentido emocional atribuído aos protestos.

Em síntese, enquanto na Argentina o *priming* deu-se em função da reedição de um evento específico anterior, no Brasil o *priming* deu-se em função da reprodução de um sentimento difuso de patriotismo. Mesmo assim, nos dois casos fez-se, em graus diferentes, referência a símbolos nacionais, à defesa da república ou da nação, à proteção de valores, etc. A utilização desses significantes amplos, que permitem que engajamento atinja diversos grupos, foi explicada por Laclau (2010) sob o conceito de "significantes vazios". Neste ponto, sua teoria adequa-se em grande medida aos casos analisados, pois segundo Laclau o sucesso dos significantes vazios está ligado à existência de múltiplas demandas insatisfeitas (pelo sistema politico).

d) Condições naturais/físicas do cenário

Dentre as dimensões descritas por Snow e Moss (2014), as condições naturais do cenário não apontam, no caso dos *Cacerolazos*, para a produção de espontaneidade no protesto. As praças e ruas utilizadas para o desenvolvimento das manifestações foram escolhidas pela sua representatividade e foram cenários de outras manifestações no passado. A Praça de Maio e o Obelisco, no centro da cidade de Buenos Aires, são o cenário principal das ações coletivas argentinas. Mobilizações sindicais, de desempregados, pedidos de qualquer natureza ao governo e, inclusive, festejos de times de futebol (ou da própria seleção nacional durante a Copa do Mundo) acontecem nesses cenários. Ainda, diante da ausência de outros elementos de incerteza e de ambiguidade, como a repressão ou violência dentro do protesto, não foram desafiadas as condições espaciais, de modo que estas não produziram nenhum aspecto de ambiguidade.

No Brasil, as condições espaciais podem ser identificadas como uma dimensão importante dos protestos, tendo em vista que, diferentemente do que ocorreu na Argentina, houve confrontos entre manifestantes e policiais em determinados locais. Embora cada cidade brasileira possua suas especificidades, no caso de Porto Alegre, a ocorrência de protestos em diversos pontos da cidade (e não apenas em locais historicamente consagrados como palcos políticos, o que ocasionou a dificuldade de "controle" dos protestos), a existência de ruas estreitas e a ausência de um padrão de consolidado de conduta policial foram fatores que contribuíram para que as manifestações

assumissem trajetos não previamente acordados e configurassem situações inesperadas, de ruptura, especialmente nos momentos em que houve confrontos entre policiais e manifestantes.

Em síntese, nos *Cacerolazos* as condições espaciais não assumiram relevância para a produção de situações de espontaneidade. No Brasil, por outro turno, o exemplo de Porto Alegre é paradigmático no sentido de demonstrar que as condições espaciais da cidade contribuíram, em conjunto com a ocorrência de conflitos entre manifestantes e policiais, para a identificação de situações de espontaneidade.

Considerações finais

Conclusivamente, pode-se afirmar que, embora as mídias argentina e brasileira tenham, em determinado momento, caracterizado as manifestações como *absolutamente* espontâneas, da análise dos fenômenos resta evidenciado que, no surgimento dos protestos, existiram atores que, em maior ou menor grau, articularam-se na produção dos eventos. Por outro lado, dentro dos ciclos de manifestações, de acordo com a proposta dos autores, ocorreram momentos de espontaneidade, mas que foram complementados pela organização dos atores.

Assim, questiona-se: o fato de os protestos apresentarem muitas das características nomeadas por Snow e Moss (2014) torna as manifestações espontâneas, tal como apontou uma parte importante das mídias durante o período em que aconteceram? Entende-se neste estudo que as posições extremas costumam obscurecer diversos aspectos dos fenômenos e, portanto, busca-se evitá-las. Em ambos os casos fazem-se presentes, de diversas formas, as características apontadas na teoria da espontaneidade de Snow e Moss (2014), e identifica-se que ocorreram ações espontâneas nos protestos; porém, a definição de uma mobilização como espontânea aponta à sustentação da mesma, na sua gênese.

Embora interessante e útil para alguns fins, a proposta dos autores possui uma capacidade explicativa superior para as mudanças de repertórios de ação e para a participação individual em protestos do que para a criação espontânea de mobilizações. Deve-se considerar que, sendo os *Cacerolazos* argentinos e as manifestações brasileiras de 2013 exemplos de ciclos de protestos (e não somente atos específicos), torna-se difícil identificá-los como absolutamente espontâneos, tendo em vista que a prolongação desses fenômenos no tempo foi sustentada pela ação de indivíduos e grupos, organizados e interessados na continuidade dos eventos de protesto. Assim, caracterizar tais ciclos

como espontâneos consistiria em um procedimento reducionista em relação à complexidade dos elementos que, em conjunto, produziram aquelas mobilizações.

Entendemos, entretanto, que a dimensão da espontaneidade não deve ser ignorada nos estudos de movimentos sociais, tendo em vista que todo tipo de ação coletiva apresenta, em alguma medida, ações espontâneas que devem fazer parte das análises, ainda mais quando, conforme Snow e Moss (2014) demostram, a espontaneidade produz resultados relevantes. Por outra parte, na atualidade, o desenvolvimento de novas tecnologias da comunicação tem, crescentemente, influenciando os modos de engajamento, mobilização e participação dos indivíduos em movimentos, manifestações e organizações sociais cada vez menos hierárquicos, com estruturas mais flexíveis e globais. Esse fator, com suas implicações, deve ser considerado como elemento importante para futuros trabalhos que enfrentem o tema da espontaneidade em processos de mobilização social.

Referências Bibliográficas

ALEXANDER, Jeffrey C. A importância dos clássicos. IN: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

BLUMER, Herbert. Collective Behavior. In: LEE, Alfred McClung. *Principles of Sociology*. New York: Barnes & Noble, 1972 [1939].

DELLA PORTA, Donatella; FILLIEULE, Olivier. Policing Social Protest. In: SNOW, D. A.; SOULE, S. A.; KRIESI, H. [ed.]. *The Blackwell Companion to Social Movements.* Malden: Blackwell Publishing, 2004.

DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Respeitável Público: *Performance* e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Revista Novos Estudos*, ed. 97, nov. 2013.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FERNANDES, Eduardo Georjão; ORSI, Guillermo Omar. Making spontaneity: a construção midiática da espontaneidade. *Entropia*: Revista do laboratório de movimentos sociais e mídia, v. 1, n. 2, p. 57-74, 2017.

GAMSON, William. *Falando em política*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GOLD, Tomás. Cacerolazos y legitimidad política en la Argentina reciente. Del "13-S" al "8-A". In: ANNUNZIATA, R. *Pensar las elecciones*. Democracia, lideres y ciudadanos. Clacso: Buenos Aires, 2014.

KITZBERGER, Philip. *The Media Activism of Latin American Governments*: Does Ideology Matter? GIGA Research Unit. Institute of Latin American Studies, n. 151, Novembro, 2010. Disponível em: <www.plataformademocratica.org/Publicacoes/21215_Cached.pdf>. Acesso em: 22/03/2016.

LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Fondo de Cultura Económica: Buenos Aires, 2010.

LEBON, Gustave. *The Crowd*: A Study of the Popular Mind, 2nd ed. Chesterland: General Bookbinding Co., 1897.

MEAD, George Herbert. *The Philosophy of the Act*. Chicago: University of Chicago Press, 1938.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, Ermínia [et al.]. *Cidades rebeldes*: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MUHALE, Miguel Joaquim Justino. *Lutar, criar poder popular*: uma perspectiva etnográfica do Bloco de Lutas pelo Transporte Público em Porto Alegre/RS. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2014

PESCHANSKI, João Alexandre. O transporte público gratuito, uma utopia real. In: MARICATO, Ermínia [et al.]. *Cidades rebeldes*: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

POWER, Margaret. *La mujer de derecha*. El poder femenino y la lucha contra Salvador Allende, 1964-1973. Santiago, Chile: Ediciones de la Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2008.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia [et al.]. *Cidades rebeldes*: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Master Frames and Cycles of Protest. In: MORRIS, Aldon; MUELLER, Carol McClurg (orgs.). *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven: Yale University Press, 1992.

_____; MOSS, Dana. (2014). Protest on the Fly: Toward a Theory of Spontaneity in the Dynamics of Protest and Social Movements. *American Sociological Review*, v. 79, n. 6, 2014.

TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1978.

TURNER, Ralph H.; KILLIAN, Lewis. *Collective Behavior*, 3rd ed. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1987.

WORTMAN, Ana. *Construcción imaginaria de la desigualdad social*. Clacso: Buenos Aires, 2007.

COMO REFERENCIAR ESTE TEXTO

FERNANDES, Eduardo Georjão; ORSI, Guillermo Omar. As dimensões da espontaneidade em processos de mobilização: os casos dos Cacerolazos argentinos (2012-2014) e das manifestações brasileiras (2013). *Revista Café com Sociologia*. v.6, n.3, p. 143-162, 2017.

Recebido em: 04 de abr. 2017
Aceito em: 30 de dez. 2017